



PROCESSOS DE DIDATIZAÇÃO: NOÇÕES DE FAMÍLIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

PROCESO DE DIDACTIZACIÓN: NOCIONES DE FAMILIA Y DESIGUALDADES DE GENERO PARA ESTUDIANTES DE LA ENSEÑANZA MEDIA

TEACHING PROCESS: NOTIONS OF FAMILY AND GENDER INEQUALITIES TO HIGH SCHOOL STUDENTS

Alexandre Zarias¹

Elizabete Maria de Oliveira²

RESUMO

Este artigo analisa a concepção de alunas e alunos a respeito da temática “gênero e família”, segundo um processo de didatização, em quatro etapas, realizado numa Escola de Referência em Ensino Médio, Recife-PE, envolvendo 15 participantes de uma turma do segundo ano. A pesquisa, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa e revisão teórica dos conceitos de gênero, família e didatização, durou um ano (2016-2017). Família e escola têm fundamental importância na formação de seus integrantes, sendo responsáveis também pela reprodução das desigualdades sociais, principalmente as de gênero, num campo de confrontação de valores. Conforme o processo de didatização, constatou-se que as concepções de gênero e família não estão circunscritas apenas aos valores atribuídos à família nuclear, isto é, pai-mãe-filhos. Registrou-se uma diversidade de representações das experiências de família e relações de gênero que auxiliou os participantes da pesquisa a relativizar suas próprias experiências sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Didatização. Família. Gênero. Ensino Médio.

RESUMEN

Este artículo analiza la concepción de estudiantes acerca de la temática "género y familia", según un proceso de didactización, en cuatro etapas, realizado en una Escuela de Enseñanza Media, Recife-PE, Brasil, involucrando a 15 participantes de una clase del segundo año. La investigación, de naturaleza exploratoria, con carácter cualitativo y revisión teórica de los conceptos de género, familia y didactización, duró un año (2016-2017). La familia y la escuela poseen importancia fundamental en la formación de sus integrantes, siendo responsables también por la reproducción de las desigualdades sociales, principalmente las de género, en un campo de confrontación de valores. Se

¹ Doutor em Sociologia. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

² Licencianda em Ciências Sociais. Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

constató que las concepciones de género y familia no están circunscritas solamente a los valores atribuidos a la familia nuclear. Se registró una diversidad de representaciones de las experiencias de familia y relaciones de género que auxilió a los participantes de la investigación a relativizar sus experiencias sociales.

PALAVRAS-CLAVE: Didactización. Familia. Género. Enseñanza Media.

ABSTRACT

This article analyzes the students's conceptions about "gender and family" throughout a teaching process, divided in four stages, did in a Reference High School, Recife-PE, Brazil, involving 15 participants from a senior class. It's an exploratory research with qualitative approach and theoretical review of the gender, family and teaching process's concept, lasted one year (2016-2017). Family and school have fundamental importance to its participants's formation. Both are responsible for the social inequalities reproduction, principally for the gender, in a dispute field of values. It was noticed that gender and family's conception are not just circumscribed to the values attributed to the nuclear family, that is, father-mother-children. It was registered a diversity of representations of the family's experiences and gender relationship that helped the research's participants to put their own social experiences into perspective.

KEYWORDS: Teaching process. Family. Gender. High School.

* * *

Introdução

Este artigo analisa a concepção de alunas e alunos a respeito da temática "família e desigualdades de gênero", segundo um processo de didatização, dividido em quatro etapas ou aulas de cinquenta minutos, consistindo em: problematização da noção de família, descrição dos papéis de homens e mulheres na sociedade contemporânea, utilização da notação de parentesco para representação de estruturas familiares e, finalmente, síntese e discussão dos resultados alcançados nestas últimas três atividades³.

O local das atividades, que consistiram em aulas expositivas e dialogadas, foi a Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, em Recife-PE, envolvendo 15 participantes (5 mulheres e 10 homens), de diferentes raças/cores, com idades entre 16 e 17 anos, com renda familiar variando entre os estratos Classe E, Classe D e Classe C (respectivamente 0-R\$ 1.254; R\$ 1.255-R\$ 2.004; R\$ 2.005-R\$ 8.640) de uma turma do segundo ano. Os resultados aqui apresentados foram obtidos e analisados entre 2016 e 2017.

³ Pesquisa realizada na Fundação Joaquim Nabuco, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiada pelo CNPq entre 2016 e 2017.

Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que é papel da escola ressaltar as desigualdades sociais, de modo a estimular a percepção dos estudantes, fazendo com que transcendam o senso-comum, visando à superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014). A escola, portanto, deve dar suporte no que diz respeito ao conhecimento de gênero e da realidade social e política, especialmente do Brasil (BRASIL, 1996).

O texto foi dividido em três partes. Na primeira, delinea-se o contexto da pesquisa. Na segunda, a partir de uma perspectiva teórica, apresentam-se as noções de didatização, família e escola como espaços de reprodução de desigualdades sociais de gênero. Na terceira, são discutidas as diferentes etapas do processo de didatização realizado com a apresentação de alguns exemplos de materiais produzidos por alunas e alunos.

Ocupações estudantis e Escola Sem Partido: contextos de pesquisa

A pesquisa transcorreu durante o movimento de estudantes secundaristas, que passaram a ocupar escolas, em diversas partes do país, opondo-se à política de redução de investimentos, nas áreas de educação e saúde, consolidadas pela Emenda Constitucional n.º 95, que alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal ou o Teto dos Gastos Públicos, uma das principais iniciativas do governo de Michel Temer após o impeachment da presidenta Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016. Até novembro daquele ano, eram contabilizadas 20 ocupações em escolas e universidades de Pernambuco (DIARIO DE PERNAMBUCO, 25/11/2016).

Esse modelo de protesto, por meio da ocupação estudantil, tem suas origens nas manifestações de 2015, no município de São Paulo, quando o governo estadual iniciou a reorganização da rede de escolas e o remanejamento de alunos. O resultado desse movimento, que se espalhou pelo Brasil, apontava para uma forma de reivindicação diferente das tradicionais historicamente vivenciadas e também para um protagonismo juvenil que colocava em questão a efetividade das políticas públicas de educação (CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016).

Igualmente, nesse período, cristaliza-se a pauta do movimento Escola Sem Partido, cujos primórdios remontam 2004, por meio de um site da Internet que propugna uma luta contra a “doutrinação político-partidária” e a “ideologia de gênero”, pilares de uma “doutrinação ideológica” cujos protagonistas são professores que supostamente se

opõem aos ideais e à liberdade de educação, que seriam primazia da família em detrimento do papel do Estado.

É verdade que, antes dos projetos de lei (BRASIL, 2015; 2016) para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, LDB, Lei n. 9394/1996), segundo os fundamentos do Escola Sem Partido, a educação em gênero e sexualidade já perdia espaço desde as discussões iniciadas a partir do Plano Nacional de Educação (BRASIL, PNE, 2014). No plano de políticas nacionais de educação, temos como marco a Constituição Federal de 1988, cujos princípios permitiram, a construção e a consolidação de direitos sociais, aos poucos incorporados aos planos educacionais, desde a LDB, passando pelos Parâmetro Curriculares Nacionais (BRASIL, PCN, 1997), com repercussões nos parâmetros estaduais, incorporando o ensino de gênero, segundo diferentes perspectivas, refletindo-se, inclusive na produção de materiais didáticos (VIANNA, UNBEHAUM, 2016).

Durante a pesquisa, a luta contra a “ideologia de gênero” e a “educação sexual já produzia seus efeitos. No Brasil, dezenas de propostas legislativas estaduais, e municipais, em Pernambuco, por exemplo, proibiam a inclusão desses temas nos propostas educacionais e nos materiais didáticos, prevendo a culpabilização civil e penal de professores, potenciais propagadores desses temas. Gênero e sexualidade foram suprimidos do texto do PNE assim como da construção da Base Nacional Curricular Comum (MACEDO, 2017). Da mesma maneira, a polêmica em torno de um “suposto kit gay” (BALIEIRO, 2018) deu força a inúmeras campanhas para os cargos executivos e legislativos na última eleição de 2018.

Ao trabalharmos com alunos e alunas da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, a produção acadêmica em torno da polêmica acerca da “ideologia de gênero” e da “Escola Sem Partido ainda era incipiente. Hoje, pode-se afirmar que um conjunto de processos sociais e políticos amalgamaram demandas sociais fundamentalistas e conservadoras contra os princípios constitucionais e educacionais da liberdade de ensino e da liberdade de cátedra (FRIGOTO, 2017; MACEDO, 2017, 2018). Para os defensores desse movimento, a escola é concebida como um espaço apenas de transmissão de conteúdos, os alunos são sujeitos apolíticos destituídos de razão e senso crítico, os professores compõem um grupo de doutrinadores e deturpadores da moral e dos bons costumes, e a educação trata-se de um direito exclusivo e inalienável dos pais (CESAR, DUARTE, 2017; GUILHERME, PICOLI, 2018; CAPAVERDE, LESSA, LOPES, 2018)

Não é objeto deste artigo fazer a gênese das ocupações estudantis nem daquilo que concerne ao Escola Sem Partido, mas sim mostrar que as contradições presentes nesses dois fenômenos estão refletidas nas formas pelas quais as alunas e alunos participantes da pesquisa concebem as relações de família e as desigualdades sociais de gênero. Sem pretender esgotar esse tema, pode-se afirmar que a pesquisa captou um momento preciso da história social e política brasileira no qual gênero e sexualidade tornaram-se temas tabu na área de educação.

O processo de didatização

Trata-se de um processo caracterizado pelo “fazer aprender” (MOURA, 2008), num espaço institucional determinado, tal como a escola. O objetivo é construir o conhecimento, num sentido amplo, do qual fazem parte estudantes e educadores, não se restringindo a um modelo de ensino conteudista que tem como objetivo último apenas a transmissão de um determinado conhecimento científico.

A didatização envolve as etapas de planejamento e modelização didática. Segundo Moura (2008), a primeira refere-se à programação do que fazer de acordo com o nível de ensino do público, o tempo de duração da atividade a ser aplicada e os objetivos estabelecidos: seleção de conteúdos, tempo de estudo, bibliografia necessária, metodologia e tipo de avaliação a ser adotado. A segunda consiste na construção de um modelo didático para ensinar o objeto de conhecimento desejado. Desse modo, leva-se em conta o que o público já sabe sobre o assunto e o que precisa aprender sobre ele, ou seja, refere-se ao conjunto de atividades a serem desenvolvidas entre docentes e discentes, com o intuito de que se apropriem de determinado conhecimento.

Foram justamente essas duas etapas utilizadas para a escolha e aplicação da atividade, durante a qual foram definidos os assuntos que seriam abordados referentes ao tema da pesquisa: família e gênero.

Notas acerca de família e desigualdades de gênero

De forma geral, os dicionários de língua portuguesa definem família como “pessoas aparentadas que vivem geralmente na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos”. Ou, ainda, “pessoas que são do mesmo sangue, ascendência”. Entretanto, a noção é mais ampla e vai além do laço consanguíneo. “A família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando ao longo da história e

apresentando formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado” (PRADO, 1985).

É notável a influência que a família Ocidental tem sobre os processos de socialização na infância e adolescência. A construção de papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens vai sendo moldada inicialmente na família, que acaba consolidando ou confrontando desigualdades, influenciados por fatores sociais, econômicos e culturais, que acabam se expressando em diferentes níveis de desigualdade de gênero.

Num sentido amplo, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1989, p. 3). Num sentido estrito, focando a questão da desigualdade, gênero poder ser compreendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989).

Os sujeitos identificam-se, social e historicamente, como masculinos ou femininos e, assim, constroem suas identidades, tal como afirma Louro (1997). Logo, é importante considerar que, na dinâmica de gênero, as identidades são sempre construídas. Elas não são dadas ou acabadas num determinado momento, pois estão sempre em constante processo de construção: são instáveis e passíveis de transformação.

Escola: instituição reprodutora de desigualdades

Ao tratar do papel social das instituições na forma da identidade dos sujeitos, Louro (1997) questiona: “De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça. Sendo assim, qual o gênero da escola?”.

Na escola a bagagem cultural familiar é reafirmada ou confrontada. Trata-se de um ambiente mediador do conhecimento, mas também produtor e reprodutor de desigualdades. Segundo Louro:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que

nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO,1997, p. 57)

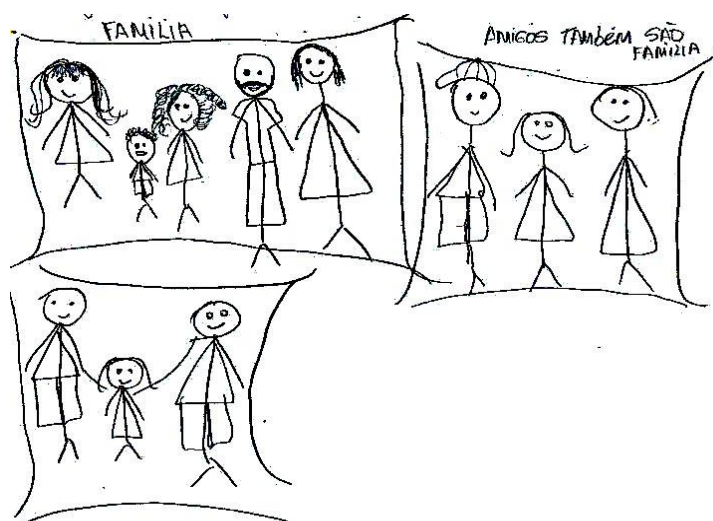
A partir dessas considerações, é indispensável questionar não apenas o que é a escola, mas também o que é ensinado, os modos de ensino e quais sentidos alunas e alunos dão ao que aprendem.

Etapa 1: desenhando minha família

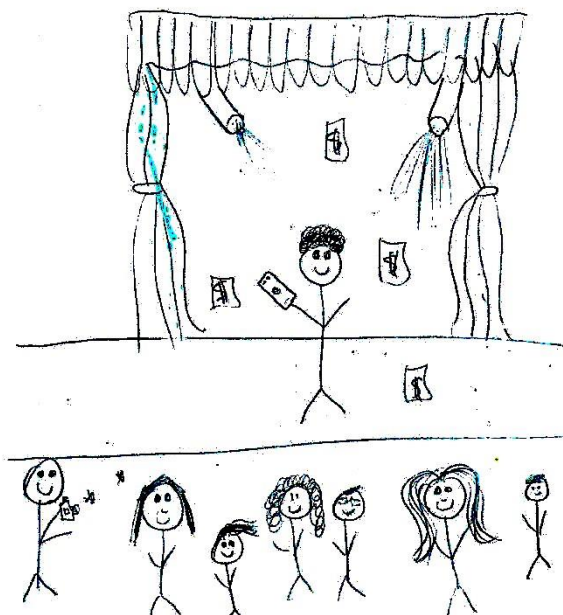
Nesta etapa, pediu-se que, em uma folha de papel ofício, fosse desenhado o que representava e fosse escrito o que significava família. Nessa atividade, o intuito era saber qual o significado que alunos e alunas atribuíam à instituição.

Do material produzido, separamos algumas definições sobre “O que é família” para esses estudantes e seus respectivos desenhos:

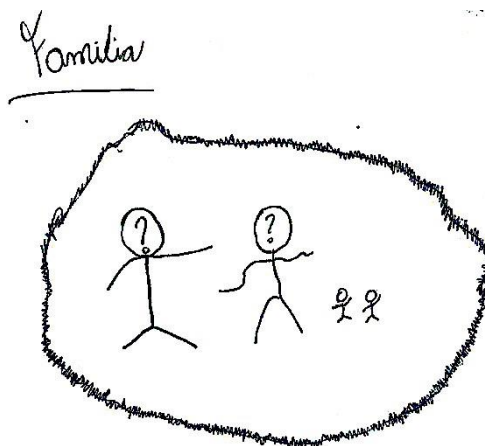
Estudante 1 (sexo feminino, parda, 17 anos): “Família é onde tem amor, onde um cuida do outro como se fosse do mesmo sangue (apesar de alguns não serem). Família não é só pai e mãe.”



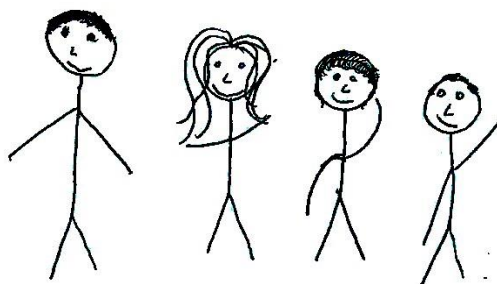
Estudante 3 (sexo masculino, negro, 17 anos): “Definição de família: é um grupo de pessoas que convivem juntos, e participa das escolhas e modo de agir.”



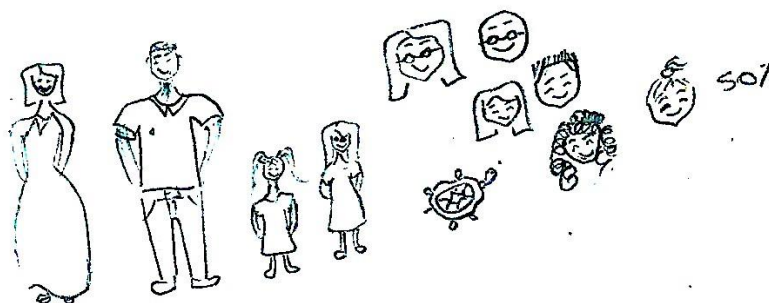
Estudante 4 (sexo masculino, branco, 16 anos): “Uma união de pessoas que se amam e respeitam-se. Independente do sexo, raça ou etnia.”



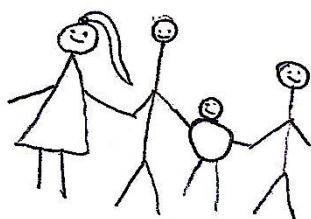
Estudante 5 (sexo masculino, branco, 17 anos): “Família são pessoas com o mesmo tipo de sangue (DNA).”



Estudante 6 (sexo feminino, negra, 17 anos): “Família é quando um homem e uma mulher se casam tendo filhos ou não. Tendo ou não animais.”



Estudante 8 (sexo masculino, negro, 17 anos): “É onde há amor (pai, mãe, filho(os)). #Bolsomito”



Ao analisar o que escreveram alunas e alunos, percebe-se que a maioria relacionou família a amor, felicidade, apoio, união, etc. Poucos relacionam família apenas a pessoas do mesmo sangue como os pais e irmãos. Geralmente, a associação é feita a pessoas importantes que convivem juntas, assim, os amigos passam a fazer parte também dessa associação. Alguns destacam a influência da família, tal como o fez o estudante 3 que menciona “é um grupo de pessoas que convivem juntos, e participa das escolhas e modo de agir”, ressaltando a importância e a influência da família sobre seus membros.

Apesar de a maioria dos estudantes terem feito desenhos de famílias tradicionais, alguns alunos desenharam um grupo de amigos, um casal homossexual, e um casal com interrogações nos rostos, como fez o estudante 4, destacando-se o que escreveu: “Uma união de pessoas que se amam e respeitam-se. Independente do sexo, raça ou etnia.”

Na discussão realizada após essa atividade, os alunos puderam compartilhar seus pensamentos acerca do que é família. Nessa discussão, dois estudantes falaram que uma família só poderia ser constituída pela união de um casal heterossexual e que, tudo fora desse padrão, estabelecido socialmente, não seria considerado como família para eles. , Outros alunos discordaram e a discussão passou a envolver Jair Bolsonaro, no período da pesquisa Deputado Federal pelo PEN-RJ, conservador que “defende” a família tradicional, citado também na atividade do estudante 8, eleito presidente da República, em 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL).

Assim, foi possível perceber que perspectivas conservadoras também fazem eco na concepção desses estudantes acerca da família. Conseguimos identificar que de um lado temos uma perspectiva mais ampla, que contempla a diversidade. De outro, concepções conservadoras que tomam a família nuclear como o único reconhecido. Essas concepções então, não se restringem apenas a um modelo de representação nuclear de família, mas sim, a uma diversidade de representações e conceitos atribuído por eles.

Etapa 2: os papéis sociais de mulheres e homens

Esta segunda etapa, que compreendeu uma apresentação de slides com os conceitos sociológicos de família por Danda Prado (1985) e o significado de família apresentado no Miniaurélio (2000), teve como objetivo fazer um paralelo com a atividade anterior, acrescentando questões acerca das noções de trabalho reprodutivo e produtivo⁴ e dados atuais sobre a divisão sexual do trabalho.

O principal resultado obtido, nesse segundo momento, foi a discussão acerca da pergunta proposta pelo slide “Quais os papéis dos homens e mulheres nas famílias atualmente?”, a partir da qual os estudantes puderam expor sua opiniões.

Um aspecto interessante da discussão foi que, apesar de concordarem entre si que as mulheres precisam de mais visibilidade no mercado de trabalho e ser justa a divisão de contas a serem pagas em família, alguns alunos (homens) falaram que o trabalho doméstico deveria ser realizado exclusivamente pelas mulheres. Todas as alunas e alguns alunos discordaram dessa afirmação.

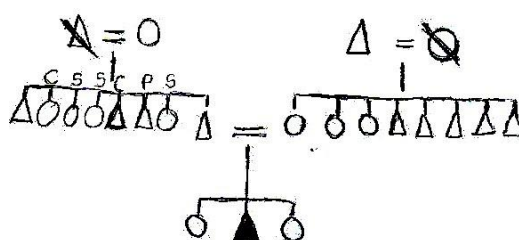
⁴ Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao Mercado [exercido pela maioria dos homens], e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos [...] e englobam todo o trabalho domestico [associado a figura da mulher]. (CASTILHO; MELO, 2009, p.143)

A partir dessa experiência, constatou-se que a desigualdade da divisão de trabalhos domésticos com base no sexo permeia as relações sociais experimentadas pelos alunos, que relataram fatos presentes no dia a dia de suas famílias.

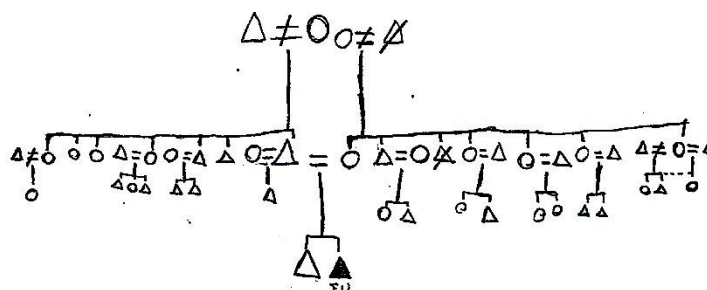
Etapa 3: notação de parentesco

Nesta terceira etapa, com base nos estudos de Marc Augé (1978), foi ensinado como fazer uma notação de parentesco aos educandos para que esses fizessem a representação de suas próprias famílias. Foram separadas algumas notações produzidas por eles para serem apresentadas a seguir:

Estudante 2 (sexo masculino, negro, 17 anos)



Estudante 8 (sexo masculino, negro, 17 anos)



A notação de parentesco teve a função de ferramenta para uma abordagem dinâmica de gênero. O intuito foi mostrar como podemos usar um conhecimento científico para tratar da temática referente a esta pesquisa junto a estudantes de Ensino Médio.

Ao usar a notação de parentesco, tendo como referência as demais atividades, as alunas e alunos passaram a indagar as noções de família e as relações de gênero segundo uma perspectiva mais próxima de sua realidade (seu próprio ambiente familiar), as quais muitas vezes não são percebidas, pois são naturalizadas.

Uma das questões colocadas pelos estudantes foi a redução do número de filhos entre gerações. Seus avós tiveram muito mais filhos que seus pais. Ao realizar a análise

dessas notações, percebe-se que, na primeira geração, a quantidade mínima de filhos era três, enquanto na segunda geração a quantidade máxima encontrada no número de filhos foi quatro.

As discussões, para complementar a atividade de notação de parentesco, ajudaram a constatar e confirmar outras experiências sociais, tais como: a maioria dos alunos que sabia a origem de seus avós, relatou que estes eram do campo/interior e geralmente trabalhavam no campo, enquanto as avós cuidavam dos filhos e da casa.

Dos 12 estudantes que participaram da atividade didática realizada no segundo dia, no terceiro momento da pesquisa, (a etapa da elaboração da notação de parentesco) ao responderem quais as profissões de seus pais e mães, encontra-se o seguinte panorama: todos os pais trabalham fora de casa, enquanto das 12 mães, 7 trabalham fora de casa e 5 trabalham em casa. Apesar de haver claramente uma inserção das mulheres no mercado de trabalho, muitas ainda ficam responsáveis ou encarregadas pelo trabalho do lar (reprodutivo). Outras possuem uma dupla jornada de trabalho.

Etapa 4: síntese

Nesta etapa final, objetivou-se discutir todo o processo de aprendizado em torno das noções de família e desigualdades de gênero. Citamos um exemplo para demonstrar o alcance da atividade:

Estudante 2 (sexo masculino, negro, 17 anos)

“Eu entendi que os homens e mulheres devem se unir pra ter uma família mais ajustada cada um fazendo sua parte. A família é muito importante e que temos que ter respeito as mulheres. As diferenças de filhos [a quantidade de filhos que diminuiu de uma geração para outra] e os graus de parentesco. Os homens tem que tomar um pouco de vergonha na cara e ajudar também se não num dá certo né!!! Os preconceitos tem que acabar também. Aprendi várias formas de família (elementar, extensa e nuclear).”

Os comentários realizados por esses discentes variaram muito, alguns mencionaram que os avós não tiveram a oportunidade de estudar como fez o estudante 14, outros sobre a importância da família, a mudança nos papéis dos homens e mulheres atualmente.

Alguns estudantes conseguem ter uma visão mais crítica, fazendo ligações de um assunto a outro, percebendo e comentando como as desigualdades de gênero estão presentes não só no ambiente familiar, mas também na sociedade como um todo, fazendo-se necessário o seu combate.

Considerações finais

As diferentes etapas do processo de didatização possibilitaram que as alunas e os alunos se aproximassem das temáticas acerca da família e das desigualdades de gênero, vista segundo a divisão sexual do trabalho, considerando que cada qual passou a observar a sua própria família como objeto de estudo. Proporcionou, dessa forma, o estranhamento, o questionamento e a desnaturalização de alguns fenômenos que são socialmente naturalizados. Dessa forma, foi possível alcançar resultados satisfatórios, considerando que os discentes conseguiram assimilar o conhecimento passado as suas experiências sociais cotidianas.

Este estudo vem potencializar e ressaltar a importância da abordagem dessa temática, no ensino de Sociologia das escolas, além daquele proporcionado por outras disciplinas, destacando também a relevância das concepções dos e das estudantes para os debates em sala de aula num contexto de compartilhamento e produção do conhecimento.

Num contexto de emergência de um certo fundamentalismo religioso, que se funde a pautas políticas conservadoras, as quais apontam o ensino de gênero como uma ameaça às famílias, os resultados de pesquisa obtidos atestam que a escola é lugar de debates acerca da diversidade, mostrando que alunas e alunos não são tábula rasa, sendo capazes de problematizar, a partir de um ponto de vista sociológico, as diferentes formas democráticas de se viver em sociedade.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Os domínios do parentesco*. Lisboa. Ed. 70. 1978. 178 p.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, e185306, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação,. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.o 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n.o 193/2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido. Brasília: Senado Federal, 2016.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. "Escola sem Partido" para quem?. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, 2018.

CASTILHO, Marta; MELO, Hildete Pereira. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz? *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 66, p. 141-155, dez. 2017.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, dez. 2016

DIARIO DE PERNAMBUCO, Movimento estudantil contabiliza 20 escolas ocupadas em todo o estado, 25 nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 790 p.

FRIGOTTO, Guadêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Guadêncio (Org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido- elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, jun. 2017.

MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, e212010, 2018.

MOURA, Denilda. *Os desafios da língua: pesquisas em línguas falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008. 578 p.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. 92 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: Quem se Importa? Uma Análise de Documentos de Políticas Públicas no Brasil. *Educ. Soc.* Campinas, v. 27, n. 95, p.407-428, 10 ago. 2006.

Recebido em Agosto de 2018.

Aprovado em Dezembro de 2018.